

Desafios educacionais da geografia na inclusão de alunos surdos: divulgando estratégias e construindo materiais acessíveis

**JESUS, Axahellen P. M^{1*}; SANTOS, Brenda N²
BARRETO, Leticia N³; CASTRO, Sara H⁴, FRANCO, Ludmila V. F.⁵**

¹Universidade Federal Fluminense, ²Universidade Federal Fluminense, ³Universidade Federal Fluminense, ⁴Universidade Federal Fluminense, ⁵Universidade Federal Fluminense

****Email do apresentador: axahellenpaes@id.uff.br***

RESUMO

Desde 2002, a Língua Brasileira de Sinais, é reconhecida oficialmente em nosso país pela Lei 10.436, foi regulamentada em 2005 com o Decreto 5.626 trazendo a obrigatoriedade do ensino nas Licenciaturas. Sendo assim, o minicurso “Desafios educacionais da Geografia na inclusão de alunos surdos: divulgando estratégias e construindo materiais acessíveis” esteve na VII Semana de Geografia na UFF. Os objetivos foram: debater conceitos desmistificando língua e surdez e apresentar materiais e estratégias existentes em Libras para as aulas inclusivas em Geografia. Este trabalho mostrou diferentes possibilidades de abordagens a serem desenvolvidas em sala de aula com a presença do aluno surdo, sendo problematizada a realidade de instituições sem estrutura. Como resultado os participantes construíram um plano de aula inclusivo para uma turma com surdos, valorizando a visualidade da língua e especificidades da cultura. Percebe-se a importância da disciplina de Libras nos espaços acadêmicos como forma de divulgação de saberes.

Palavras-chaves: Surdos, Geografia, Aulas inclusivas, Recursos Visuais.

1. Introdução

Desde 2005, com o decreto lei nº 5.626, Art. 2º, considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, ou seja, o surdo é um sujeito que comunica-se através do canal visual gestual, distinguindo-se assim dos ouvintes orais auditivos. Além da Constituição Federal do Brasil os surdos também contam com o Estatuto da Pessoa com Deficiência que traz regras e orientações para a promoção dos direitos e liberdades do deficiente e do sujeito surdo, reafirmando a garantia de inclusão social.

No ano de 2002, a Língua Brasileira de Sinais, graças à luta persistente da comunidade surda, foi reconhecida oficialmente em nosso país como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436, desmistificando a ideia de simples gestos com mímicas, sendo independente da Língua Portuguesa falada no Brasil, não é uma versão sinalizada da língua oral, ela tem estrutura própria.

Sendo assim, a Língua Portuguesa deveria ser considerada apenas a língua de instrução na sua modalidade escrita para pessoas surdas que utilizam a Libras como sua L1, mas a realidade hoje nos mostra muitos surdos incluídos em salas de aulas pensadas e planejadas para ouvintes, gerando com isso frustração, desânimo e até mesmo evasão escolar. “o ouvintismo permanece ativa no século XIX até o século XXI” (GARCIA, 2015, p.62). Dessa forma não respeitando as especificidades do alunado.

A escola é um espaço onde o ensino e a aprendizagem se faz pela comunicação entre os envolvidos no processo. Após serem regulamentadas as profissões de

professor/instrutor da Língua Brasileiras de Sinais e de intérprete, os reconhecimentos legais destas profissões asseguram maior qualidade de ensino, permitindo a inclusão, sendo estes os responsáveis por mediar às transmissões de pensamentos, palavras e emoções, servindo de elo entre duas modalidades de comunicação, portanto é imprescindível que escolas de alunos surdos incluídos tenham esse profissional.

Desta forma, após a exibição da importância do acesso a Libras pelas pessoas surdas, a presença de intérprete em sala de aula e a didática dos recursos visuais como estratégia pedagógica, foi oferecido o minicurso “Desafios educacionais da geografia na inclusão de alunos surdos: divulgando estratégias e construindo materiais acessíveis” na VII Semana de Geografia na Universidade Federal Fluminense – UFF”. Esse minicurso teve o objetivo de apresentar estratégias, a partir de um conteúdo da Geografia, divulgando materiais já existentes que podem ser trabalhados e adaptados para as aulas com a presença de alunos surdos, ofertando condições para que o futuro docente possa ter capacidade de planejar aulas inclusivas, problematizando a realidade da instituição em que atua, não tendo estrutura ou ainda aquelas que infringindo a Lei não ofertam o profissional Tradutor/Intérprete de Libras- TILS, sendo ele, um dos principais responsáveis para que o processo de aprendizagem deste discente também possa ser alcançado como de igual forma ao dos alunos ouvintes.

2. Materiais e métodos

2.1. Materiais:

Para a realização da oficina foi confeccionado, uma maquete do mapa do Brasil dividido em regiões com cores específicas, assim como impressão de imagens diversificadas de alimentos, fauna, flora, vestuário e outros dos diversos estados do nosso país. Ainda assim, foi organizado uma apresentação com o uso de slides. Utilizou-se vídeos com sinais específicos na língua de sinais. Foi organizada uma mesa com alimentos variados e típicos de cada região do Brasil, bem como impresso o nome do alimento em língua portuguesa assim como a imagem do sinal em Libras. E por fim, papel de ofício com questionário prévio e avaliativo da oficina.

2.2. Metodologia:

Para o minicurso foram planejadas algumas etapas a serem desenvolvidas no decorrer da apresentação visando uma melhor construção do conhecimento por parte dos participantes, através de uma clara linha de raciocínio, inicialmente com o objetivo de conhecer previamente o público da oficina, aplicou-se questionário qualitativo com perguntas abertas para cada participante. Logo após, através de apresentação sociointeracionista as alunas, com o auxílio de slides, apresentaram os mitos e verdades presentes na sociedade quanto à língua de sinais. A apresentação contou com uma metodologia de interação, participação ativa entre ministrantes e participantes, buscando uma troca de conhecimento e um debate enriquecedor.

O segundo momento foi marcado pela apresentação da prática da Libras, ou seja, os participantes tiveram contato com os sinais do alfabeto, dos números, das cores, da natureza, do clima, uma vez que, tendo por destino os docentes da área de geografia, foram apresentados também sinais da sua área de estudo. Ademais, o terceiro momento divulgou-se as estratégias já existentes na internet para uma boa aula inclusiva, com materiais como: vídeos, jogos, quadrinhos, etc., podendo ser estes adaptados para outras áreas.

O quarto momento consiste na apresentação de como seria uma aula inclusiva na prática, a partir do conteúdo da Geografia sobre as regiões brasileiras. O importante é fazer com que o surdo possa associar as características apresentadas a cada região, tornando-o capaz também de identificar o que as tornam diferentes entre si, além de conhecer a extensão e organização territorial de seu próprio país. Para avaliá-los, foi construído um quebra cabeça das regiões, além de identificar as características de ambos com o auxílio de imagens. Para complementar a aula, foi oferecida uma degustação com as comidas típicas de cada região.

Por fim, foi disponibilizada uma tarefa, a criação de um plano de aula inclusivo com a temática da região sudeste. Cada participante apresentou seu plano de aula a partir do que foi instruído. Encerrou-se com outro questionário buscando avaliar o resultado da aprendizagem antes e depois da apresentação.

3. Resultados e Discussões

O presente trabalho mostrou diferentes possibilidades de abordagens a serem desenvolvidas em sala de aula com a presença do aluno surdo. Entende-se que é importante levar em consideração as especificidades de cada aluno, sendo problematizada a realidade de instituições sem estrutura e suporte, trazendo a temática das regiões brasileiras como tema da aula. Foram apresentadas estratégias, jogos, adaptações, experiências visuais e gustativas para que os participantes pudessem compreender a diferença de línguas envolvidas no processo de ensino aprendizagem em sala de aula.

Nesse processo de aprendizagem na educação de surdos, é importante conhecer os aspectos que os diferenciam, respeitando-os e procurando construir um ambiente pedagógico mais favorável. O uso de materiais visuais é de suma importância, pois, de acordo com Reily (2003) “os surdos que têm contato inicial com a Libras necessitam de referências da linguagem visual com as quais tenham possibilidade de interagir para construir significado”. Desta forma, a autora Lebedef, (2017:226), define que: “sendo o povo do olho, nada mais justo do que pensar a educação para este povo a partir das suas especificidades linguísticas, culturais e de interação e compreensão de mundo”, oportunizando aos surdos experiências e recursos visuais contribuirão para aprendizagem do conteúdo de forma significativa.

4. Conclusões

Diante de todo trabalho apresentado conclui-se que é extremamente importante que futuros professores tenham oportunidade de conhecer estratégias de ensino para inclusão do aluno surdo em salas de aula. Mudanças atitudinais, ou ainda recursos simples podem ser utilizados com o intuito de alcançar não só os alunos que comunicam-se com a Libras mas também toda turma, pois através de jogos, vídeos, slides, dentre outros recursos, a aula torna-se mais prazerosa, estimulando-os para uma aprendizagem efetiva.

Além disso, o compreender e respeitar a cultura da comunidade surda é fundamental para que estes sintam-se acolhidos e incluídos nos espaços, segundo Strobel, (2009, p.40), “o primeiro artefato da cultura surda é a experiência visual em que os sujeitos surdos percebem o mundo de maneira diferente [...]”. Respeitar a identidade surda é um ato de inclusão que precisa começar nos planejamentos de aula.



Figura 1. Arquivo pessoal, 2019.

Agradecimentos

Universidade Federal Fluminense- UFF.

Referências

- [1] GALVÃO, Marcus Vinicius Alves. CAMILO, Christiane de Holanda. Direitos humanos e educação: surdos na escola. Goiânia: Revista Sinalizar, 2017.
- [2] AZEREDO, Eduardo. Língua Brasileira de Sinais “Uma conquista histórica”. Brasília: Senado Federal, 2006.
- [3] CASSIANO, Paulo Victor. O surdo e seus direitos: Os dispositivos da lei 10.436 e do decreto 5.626. São Paulo, Editora Arara Azul, edição nº 21, 2017.
- [4] MAHL, Eliane. RIBAS, Valdemir Aguiar. Avaliação Escolar para alunos surdos: entendimentos dos professores sobre estes processos. Londrina, VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2013.
- [5] STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed.UFSC, 2009.
- [6] GARCIA, Eduardo de Campos. O que todo pedagogo precisa saber sobre libras: os principais aspectos e a importância da língua brasileira de sinais / Eduardo de Campos Garcia. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.
- [7] LEBEDEF, Tatiana Bolívia. O povo do Olho: Uma discussão sobre a experiência visual e surdez. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2017
- [8] BRASIL. Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005. Acesso em 05 de outubro de 2020. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm
- [9] BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência. Acesso em 05 de outubro de 2020. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm